



**Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha**

Processo: n° 23.435/2013 (g).

Assunto: Auditoria de Regularidade.

Origem: Vários Órgãos e Entidades do GDF.

Ementa: Auditoria. PGA 2013. Regularidade na acumulação de cargos, empregos e funções de servidores ativos, aposentados e pensionistas em vários órgãos do Distrito Federal. Utilização de bases de dados no levantamento inicial de irregularidades. Não inclusão de órgãos e entidades não integrantes do SIGRH.

. Acumulações de cargos na Secretaria de Estado de Educação e na Secretaria de Estado de Saúde processadas em autos próprios.

Decisão n.º 962/2015, tendo por parcialmente cumprida a Decisão n.º 1.063/2014, reitera parte das deliberações, fixa determinações a diversos jurisdicionados acerca do recebimento indevido de Auxílio Alimentação, bem como da acumulação indevida de cargos, emite alerta aos gestores implicados.

. Decisão n.º 3.915/2015 não conhece do Pedido de Reexame interposto pela Sra. ELAINE FREITAS ALVES DOS SANTOS, na fase de diligência preliminar, sem prejuízo de aproveitar a documentação como razões de defesa, a ser analisada em momento oportuno e conhecimento do teor desta decisão à Secretaria de Estado de Administração do Distrito Federal e à recorrente.

. Decisão n.º 2.489/2016: conhece das razões de defesa apresentadas pela servidora ELAINE FREITAS ALVES DOS SANTOS para, no mérito, considerá-las improcedentes; tendo por parcialmente cumprida a Decisão n.º 962/2015, faz reiteração de determinações, novas determinações e chamamento em audiência de responsável.

. Decisão n.º 1.513/2017: determinações à SEJUS, PMDF, SEF e CBMDF.

. Decisão n.º 1.088/2018: fornecimento de cópia dos autos ao Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal e determinações à PMDF, CBMDF e SEJUS.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha**

- . Decisão n.º 507/2019: determinações à SEJUS e CBMDF. Em exame: análise de cumprimento de diligência.
- . A Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE, sugere à Corte: I) ter por cumprida a diligência objeto da Decisão n.º 507/2019; II) tomar conhecimento da documentação acostada aos autos; III) considerar regular a acumulação de cargos de NOÉ ALBUQUERQUE OLIVEIRA, por guardar conformidade com a decisão judicial definitiva que lhe deu causa; IV) determinar nova diligência ao CBMDF; e V) autorizar o retorno dos autos à SEFIPE (peça 299).
- . O Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, por meio do Parecer n.º 401/2019 (peça 301), aquiesce às sugestões ofertadas pela SEFIPE.
- . VOTO. Acolhimento, em parte, das manifestações harmoniosas da SEFIPE e do *Parquet*. Cumprimento parcial de diligência. Conhecimento de documentos. Legalidade da acumulação de cargos decorrente de decisão judicial transitada em julgado. Fato novo. Emenda Constitucional n.º 101/2019 - publicada no DOU de 04.07.2019. Aplicação do princípio da independência das instâncias. Legalidade da acumulação de cargos de WENDEL DO NASCIMENTO FERREIRA. Retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

RELATÓRIO

Trata-se de Auditoria de Regularidade realizada pela então **Divisão de Fiscalização de Pessoal**, atual **Primeira Divisão de Fiscalização de Pessoal**, tendo como objeto a **verificação da legalidade das acumulações de cargos, empregos e funções dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração direta e indireta do Distrito Federal**, bem como avaliação dos procedimentos adotados pelas jurisdicionadas a fim de evitar situações de desconformidade com a legislação de regência.

Após reanalisar o feito, para fins de cumprimento do inscrito no inciso III do art. 78 da **Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF**, a **Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE/TCDF** (fls. 1989/1994 – peça 299) presta as seguintes informações:

"2. Cabe esclarecer que o escopo da fiscalização não abrangeu as situações das Secretarias de



Tribunal de Contas do Distrito Federal Gabinete Conselheiro Renato Rainha

Educação e de Saúde do Distrito Federal – SEE/DF e SES/DF, cujos trabalhos foram desenvolvidos no âmbito dos processos de n.ºs 29.581/2013 e 29.590/2013, respectivamente, e também não alcançou as informações funcionais de servidores, empregados e pensionistas do TCDF, da CLDF, da CEB, da CAESB, da TERRACAP e do BRB, haja vista o não acesso direto às respectivas bases de dados.

3. Os resultados apurados no trabalho de campo foram noticiados no Relatório de Auditoria n.º 9/2013 (fls. 117/143), a partir do detalhamento constante das tabelas I (situações regularizadas anteriormente à auditoria – fls. 55/82), II (situações regularizadas durante a auditoria – fls. 83/95) e III (situações ainda não regularizadas – fls. 96/116).

4. No presente andamento processual objetiva-se avaliar o cumprimento da Decisão n.º 507/2019 (fl. 1968), exarada nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 1045/2018-DGP/ATJ (PMDF) e anexos (fls. 1683/1915), encaminhado pela Polícia Militar do Distrito Federal em atendimento à Decisão n.º 1.088/2018; b) do Ofício SEI-GDF n.º 114/2018- SEJUS/GAB/ASSESSORIA e anexos (fls. 1916/1924), enviado pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal em cumprimento à Decisão n.º 1.088/2018; c) da documentação acostada às fls. 1925/1941;

II – considerar: a) cumprida, pela Polícia Militar do Distrito Federal, a diligência constante do item IV.a da Decisão n.º 1088/2018; b) parcialmente cumprida a determinação exarada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS, contida no item IV.c.1 da Decisão n.º 1.088/2018;

III – determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS que, no prazo de 60 (sessenta) dias, relativamente à diligência contida no item IV.c.1 da Decisão n.º 1.088/2018: a) encaminhe ao TCDF a listagem atualizada dos empregados públicos (com os órgãos a que estão vinculados) que estejam percebendo a Gratificação de Atendimento ao Público, informando se eles estão formalmente requisitados com ônus para a origem e, em caso afirmativo, indicando a data de publicação, no DODF, dos respectivos atos de cessão, tendo em vista que o Ofício SEI-GDF n.º 114/2018-SEJUS/GAB/ ASSESSORIA não atendeu, a contento, a determinação plenária em foco; b) se for o caso, regularize, no mesmo prazo, as referidas cessões, ou faça cessar o pagamento da Gratificação de Atendimento ao Público, nos termos da Lei n.º 2983/2002;

IV – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que mantenha em acompanhamento as Ações Judiciais interpostas pelos



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha

militares Wendel do Nascimento Ferreira e Noé Albuquerque Oliveira de n.ºs 0721023- 48.2017.8.07.0016 e 0724886- 12.2017.8.07.0016, informando ao Tribunal o desfecho final das demandas, tão logo ocorram;

V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal.

5. Passaremos, a seguir, à análise de cada um dos itens diligenciados.

III - determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS que, no prazo de 60 (sessenta) dias, relativamente à diligência contida no item IV.c.1 da Decisão n.º 1.088/2018:

a) encaminhe ao TCDF a listagem atualizada dos empregados públicos (com os órgãos a que estão vinculados) que estejam percebendo a Gratificação de Atendimento ao Público, informando se eles estão formalmente requisitados com ônus para a origem e, em caso afirmativo, indicando a data de publicação, no DODF, dos respectivos atos de cessão, tendo em vista que o Ofício SEI-GDF n.º 114/2018-SEJUS/GAB/ASSESSORIA não atendeu, a contento, a determinação plenária em foco;

b) se for o caso, regularize, no mesmo prazo, as referidas cessões, ou faça cessar o pagamento da Gratificação de Atendimento ao Público, nos termos da Lei n.º 2983/2002;

6. A SEJUS encaminhou à Corte, tempestivamente, o Ofício SEI-GDF n.º 198/2019-SEJUS/GAB e anexos (fls. 1972/1974), por meio do qual apresentou a relação de empregados públicos que percebem a Gratificação de Atendimento ao Público, com as indicações dos atos autorizativos das respectivas cessões, o termo final das cessões e os processos nos quais foram analisadas. Consta da tabela em comento que esses empregados são vinculados à TCB e à CODEPLAN.

7. Restou comprovado que os empregados públicos listados pela SEJUS encontram-se formalmente cedidos para o NA HORA. Assim, foi integralmente cumprida a determinação inserta no item III da Decisão n.º 507/2019.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE. SOLDADO COMBATENTE DO CORPO DE BOMBEIROS E ENFERMEIRO DA SECRETARIA DE SAÚDE. INCIDÊNCIA DA EXCEÇÃO CONSTITUCIONAL. ART. 37, XVI,



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. RECURSO CONHECIDO. PREJUDICIAL AFASTADA. PROVIDO."

8. Por meio do Ofício SEI-GDF n.º 933/2019-CBMDF/GABCG e anexos (fls. 1975/1979), a corporação informou que as ações judiciais interpostas por Wendel do Nascimento Ferreira e Noé Albuquerque Oliveira transitaram em julgado em 26.4.2019 e 24.4.2019, respectivamente.

9. Oportuno lembrar que aqueles militares interpuseram ações judiciais por intermédio das quais obtiveram provimento favorável ao sobrestamento dos processos administrativos de acúmulo de cargos até final julgamento das respectivas lides.

10. O CBMDF acostou, às fls. 1976/1979, excertos do processo judicial interposto por Wendel do Nascimento Ferreira, dando conta de não ter logrado êxito final em sua pretensão de acumular a graduação de 2º Sargento do CBMDF com o cargo de Auxiliar de Enfermagem da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Nesse sentido transitou em julgado a decisão contrária à demanda do militar.

11. Não consta dos autos qualquer informação acerca do desligamento de Wendel do Nascimento Ferreira do cargo da SES/DF ou da graduação ocupada no CBMDF. Em consulta ao SIGRH, verificamos que permanece em exercício na SES/DF (fls. 1980). Acessamos também o SIAPE e constatamos que se encontra no ativo permanente da corporação (fl. 1981). Considerando que o processo judicial transitou em julgado há pouco tempo, é possível que o jurisdicionado ainda esteja adotando providências com vistas à formalização da opção pelo cargo ou pela graduação militar.

12. Destarte, sugerimos que o Tribunal determine ao CBMDF que informe as providências adotadas em decorrência do julgamento definitivo da demanda judicial interposta pelo militar em comento, cuja decisão final foi contrária à sua pretensão.

13. Quanto a Noé Albuquerque Oliveira, nada mais foi informado pela corporação além do trânsito em julgado da decisão proferida pelo TJDFT.

14. Em consulta ao sítio eletrônico do TJDFT, verificamos que Noé Albuquerque Oliveira obteve êxito em sua demanda de acumular a graduação de Soldado Combatente do CBMDF com o cargo de



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha

Enfermeiro da Secretaria de Saúde do DF, a teor da decisão proferida pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Estaduais do DF, in verbis:

“JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA AFASTADA. CUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS PÚBLICOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE. SOLDADO COMBATENTE DO CORPO DE BOMBEIROS E ENFERMEIRO DA SECRETARIA DE SAÚDE. INCIDÊNCIA DA EXCEÇÃO CONSTITUCIONAL. ART. 37, XVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. RECURSO CONHECIDO. PREJUDICIAL AFASTADA. PROVIDO.”

15. O Distrito Federal interpôs o Recurso Extraordinário n.º 1.189.709-DF contra o acórdão ora transcrito. O RE sequer foi conhecido pelo STF, ao entendimento de ser manifestamente inadmissível segundo a regra do art. 932, III, do CPC. Acostamos o andamento processual às fls. 1982/1988, valendo observar que a decisão, favorável ao militar, transitou em julgado em 24.4.2019.

16. Nesse caso, pode o Tribunal considerar regular a acumulação de cargos em que incorre Noé Albuquerque Oliveira, por guardar conformidade com a decisão judicial definitiva que lhe deu causa.

17. É nesse sentido a sugestão desta unidade técnica.”

Ao final de sua análise, a SEFIPE sugere ao e. Plenário:

“I - tomar conhecimento:

a) dos Ofícios SEI-GDF n.º 198/2019-SEJUS/GAB e anexos (fls. 1972/1974) e n.º 933/2019-CBMDF/GAGCG (fls. 1975/1979), encaminhados, respectivamente, pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, considerando cumprida a diligência constante dos itens III e IV da Decisão n.º 507/2019;

b) da documentação acostada às fls. 1980/1988;

II - considerar regular a acumulação de cargos em que incorre Noé Albuquerque Oliveira, por guardar conformidade com a decisão judicial definitiva que lhe deu causa;

III - determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe as medidas adotadas ao exato cumprimento da decisão judicial proferida no



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha

*Processo n.º 0721023-48.2017.8.07.0016,
interposto por Wendel do Nascimento Ferreira,
tendo em vista que a acumulação de cargos em que
incorre foi considerada ilícita pelo Poder
Judiciário;*

*IV - autorizar o retorno dos autos à Secretaria
de Fiscalização de Pessoal."*

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF,
consoante o Parecer nº 401/2019 (fls. 1998/2002 – peça 301), aquiesce às
proposições emanadas da SEFIPE.

É o relatório.

VOTO

Cuida-se, nesta fase processual, da verificação do cumprimento da diligência determinada pelos itens III e IV da Decisão nº 507/2019, dirigidas, respectivamente, à **Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF** e ao **Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF** (fl. 1968 – peça 290).

Com esse fim, observo que a **Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF** cumpriu o que lhe foi determinado, ou seja, encaminhou a relação dos agentes públicos que percebem a Gratificação de Atendimento ao Público, com as indicações dos atos autorizativos das respectivas cessões publicados no DODF, o termo final das cessões e os processos nos quais foram analisadas, conforme consta das planilhas juntadas às fls. 1973/1974-v dos autos.

Assim, restou comprovado que os empregados públicos listados pela **Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF** encontram-se formalmente cedidos para o **NA HORA**. Desse modo, foi integralmente cumprida a determinação inserta no item III da Decisão n.º 507/2019.

Com relação ao item IV da referida Decisão nº 507/2019, verifico que o **Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF** acostou, às fls. 1976/1979, excertos do processo judicial interposto por **WENDEL DO NASCIMENTO FERREIRA**, dando conta de que o mesmo não logrou êxito em sua pretensão de acumular o cargo de 2º Sargento do CBMDF com o de Auxiliar de Enfermagem na **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF**, tendo transitado em julgado a decisão judicial contrária à demanda do militar, pendente ainda de conhecimento do desfecho e do cumprimento por parte do **Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF**.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha

Nada obstante, entendo que a execução da sentença judicial pelo **Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal -CBMDF** foi superada pela novel Emenda Constitucional nº 101, publicada no DOU de 04.07.2019, que acrescentou § 3º ao art. 42 da Constituição Federal para estender aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o direito à acumulação de cargos públicos prevista no art. 37, inciso XVI, verbis:

"Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar."

A regra constitucional é a impossibilidade de se acumular cargos públicos, contudo o art. 37, XVI, da Constituição Federal prevê a possibilidade de se acumular cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários e seja:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Portanto, ao prever que se aplica as exceções acima aos militares, é possível afirmar que os militares estaduais, do Distrito Federal e dos Territórios (policiais e bombeiros militares) podem:

- a) dar aulas em escolas públicas ou em universidades públicas;
- b) exercerem outro cargo técnico ou científico;
- c) acumular outro cargo público na área de saúde (esta possibilidade já havia sido contemplada pela Emenda Constitucional n. 77, de 2014).

Dessa forma, entendo que a partir da publicação da EC nº 101/2019 no DOU de 04.07.2019, a acumulação de cargos do referido militar passou a ser legal, pois as normas de retroatividade mínima ou mitigada atingem somente os efeitos decorrentes dos fatos jurídicos anteriores à sua vigência, isto é, esse tipo de norma atinge somente os efeitos futuros de fatos passados. Assim, não há que se falar em opção administrativa por um dos cargos diante da legalidade da acumulação recém alcançada.

Insta esclarecer que o parágrafo único do artigo 2º da Lei n.º 7.498/1986 dispõe: "A enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação". Sendo assim, a cargo de auxiliar de enfermagem consiste em profissão regulamentada e, portanto, inserida na espécie da alínea c, inciso XVI, do artigo 37, da Constituição Federal.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha

Por derradeiro, impõe-se salientar que em situação idêntica à do Sargento **WENDEL DO NASCIMENTO FERREIRA**, todavia com decisão judicial oposta, a acumulação de cargos em que incorre **NOÉ ALBUQUERQUE OLIVEIRA** (Soldado do **Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal -CBMDF** e Enfermeiro da **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF**) foi considerada legal por sentença transitada em julgado, proferida pelo MM Juiz da **8ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal**, nos autos da Ação de Conhecimento nº 2009.01.1.050989-6/TJDFT.

Com essas considerações, acolho, em parte, as manifestações harmoniosas da **Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE** e do douto **Ministério Público de Contas** e, com os ajustes que faço, **VOTO** no sentido de que este egrégio Plenário:

I - tome conhecimento:

- a)** dos Ofícios SEI-GDF n.º 198/2019-SEJUS/GAB e anexos (fls. 1972/1974) e n.º 933/2019-CBMDF/GAGCG (fls. 1975/1979), encaminhados, respectivamente, pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, considerando cumprida a diligência constante dos itens III e IV da Decisão n.º 507/2019;
- b)** da documentação acostada às fls. 1980/1988;

II – considere regular a acumulação de cargos em que incorre **NOÉ ALBUQUERQUE OLIVEIRA**, por guardar conformidade com a decisão judicial definitiva que lhe deu causa;

III – considere regular a acumulação de cargos em que incorre **WENDEL DO NASCIMENTO FERREIRA**, tendo em vista a novel Emenda Constitucional nº 101, publicada no DOU de 4.07.2019;

IV – autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

Sala das Sessões, em 30 de julho de 2019.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro Relator